

A AVALIAÇÃO MERITOCRÁTICA DA SEEDUC?

CA DE SERGIO CABRAL É = A MORTE DA EDU

SEPE/RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação

No início do ano de 2011, a Secretaria Estadual de Educação lançou o Plano de Metas, projeto educacional baseado na meritocracia, do qual faz parte um conjunto de provas, conhecidas como SAERJ e SAERJinho. Com esta cartilha, gostaríamos de explicar as razões pelas quais decidimos lutar contra esta política e apresentar algumas propostas que consideramos importantes a partir da decisão da categoria em boicotar a realização de tais provas.

Ao propor o boicote às provas do “SAERJinho”, não pretendemos impedir um diagnóstico dos problemas da educação estadual. Pelo contrário, queremos denunciar que esta prova não serve para isso e têm, na realidade, outros objetivos. O sentido do SAERJinho se revela no próprio discurso oficial da SEEDUC: *“Com este retrato será possível ajustar as práticas docentes à realidade dos estudantes”* (www.rio.rj.gov.br/seeduc)

Que realidade? Àquela definida numa prova elaborada por uma universidade de Minas Gerais para todos os alunos da rede estadual, estejam eles na zona rural de Miracema ou em um bairro populoso da Baixada Fluminense? Não sejamos ingênuos: “ajustar as práticas docentes” significa padronizar o ensino. O economista/secretário quer saber se todos estamos ensinando as mesmas coisas, do mesmo jeito e com os mesmos resultados, independente da realidade vivida por nossos alunos e por nossas escolas.

Ao mesmo tempo, quando ameaça impor a nota do “SAERJinho” como parte da nota dos nossos alunos, o governo interfere de maneira autoritária no nosso trabalho, objetivando transformar professoras e professores em meros “entregadores” de conhecimentos prontos e definidos por eles.

Dessa forma, consideramos imprescindível que a comunidade escolar e a sociedade como um todo conheçam os argumentos que levaram a categoria a se empenhar no combate à avaliação padronizada em curso na rede pública estadual; inclusive para que se somem à nossa luta em defesa da escola pública comprometida com a socialização do conhecimento científico histórico-critico. Boa Leitura!

As provas do “SAERJinho” são uma parte importante do Plano de Metas apresentado pelo atual secretário de educação, o economista Wilson Risolia no início do ano de 2011 e tem como um dos seus eixos principais

a meritocracia. Isto significa que o resultado desta e de outras avaliações externas será utilizado para “premiar ou punir” professores e funcionários



**BOICOTE AO
SAERJINHO**

**EU
APÓIO!**

de acordo com o resultado das provas, estabelecendo uma lógica de remuneração variável.

Portanto, o “SAERJinho” não é apenas uma forma de monitoramento e acompanhamento da qualidade da educação como a SEEDUC tenta apresentar aos meios de

comunicação². O “SAERJinho” é um componente importante de uma avaliação classificatória que pretende estabelecer salários diferentes de acordo com a produtividade de cada escola, desconhecendo que este sistema já deu errado em vários lugares como Chile³, EUA⁴ ou São Paulo⁵, por exemplo. E já fracassou aqui no Rio também, com o “finado” Programa Nova Escola⁶ do governo Garotinho.

²É preciso denunciar o que a SEEDUC esconde: o Plano de Metas (do qual o “SAERJinho” faz parte) pretende punir professores considerando até mesmo o número de alunas grávidas nas

É importante que a sociedade tenha conhecimento da qualidade da educação em cada escola. Mas fazer do resultado de uma prova o ponto de partida para um processo de responsabilização dos profissionais, leva-nos a explicar a diferença baseados na ótica da meritocracia liberal: mérito do diretor que é bem organizado, méritos dos alunos que



são esforçados, mérito dos professores que são aplicados. Mas, e as condições de vida dos alunos e professores? E as políticas governamentais inadequadas? De quem é a responsabilidade por décadas de descaso e desmonte da escola pública? Quem é o responsável pelo permanente rodízio de professores e especialistas, sempre em busca de melhores condições para realizar o seu trabalho? E o que dizer dos professores obrigados a dividir o seu trabalho entre várias escolas para tentar aumentar seus salários ou mesmo porque foram obrigados a dividir sua carga horária? E a completa falta de funcionários administrativos, devido aos muitos anos sem concurso? E a terceirização destas funções, subordinando o trabalho destes educadores à lógica e aos interesses das empresas que os contratam e não aos interesses e demandas da comunidade escolar que atendem? E as condições de vida dos próprios alunos, especialmente os mais pobres que vivem em famílias sem condições mínimas de sobrevivência e muito menos para criar um ambiente propício ao estudo?

O que estamos tentando demonstrar é que os resultados do processo educativo dependem de muitas variáveis que não estão sob o controle dos profissionais da educação. Esforço, dedicação e formação são elementos importantes, mas estão longe de serem os únicos determinantes para o

Isso não significa que todas as escolas não tenham de ser eficazes em sua ação. Muito menos que as escolas que atendem à pobreza estejam desculpadas por não ensinarem, já que têm alunos com mais dificuldades para acompanhar os afazeres da escola. Ao contrário, delas se espera mais competência ainda. Mas os meios e as formas de se obter essa qualidade não serão efetivos entregando as escolas à lógica mercadológica. A questão é um pouco mais complexa. Deixada à lógica do mercado, o resultado esperado será a institucionalização de escola para ricos e escola para pobres (da mesma maneira que temos celulares para ricos e para pobres). As primeiras canalizarão os melhores desempenhos, as últimas ficarão com os piores desempenhos. As primeiras continuarão sendo as melhores, as últimas continuarão sendo as piores. Mas o sistema terá criado um corredor para atender as classes mais bem posicionadas socialmente, o que será, é claro, atribuído ao mérito pessoal dos alunos e aos profissionais da escola.

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *in: Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007 (disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>)

Educação de qualidade é um direito de todos!

Da forma como estes sistemas de metas e desempenho estão organizados, eles não garantem uma educação de qualidade para todos. Se, por exemplo, apenas um subconjunto de alunos ou turmas de uma determinada escola melhorar o “rendimento” e esse aumento for o suficiente para

grande quantidade de alunos (geralmente oriundos das classes mais em pobrecidas) que habitam a sala de aula, de forma aparentemente democrática, sem que signifique de fato, a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Aqui, não há meio termo: há de se ensinar tudo “a todos e a cada um” (BETINI, 2004, P. 251).

Um dos mais graves problemas destes sistemas de metas e desempenho é que a avaliação passa a ser vista como objetivo de todo o processo de ensino aprendizagem e não como seu resultado. Inverte-se à lógica do processo educativo e passa-se a ensinar os alunos a fazerem os testes e provas. A avaliação é um passo do processo (diagnóstico), não seu objetivo. Toda essa ênfase na avaliação da escola e na aferição do desempenho de cada um faz com que a escola busque construir estratégias para “aumentar sua nota” na avaliação e não para fazer com que todos aprendam com qualidade. Ademais, os sistemas padronizados de avaliação mensuram apenas as disciplinas de português, matemática e, em alguns casos, ciências, levando à desvalorização das demais disciplinas que são fundamentais para a formação humana. Assim, consagramos um princípio que deveríamos criticar: quantas vezes não falamos para nossos alunos que não se deve estudar apenas para passar na prova, mas para aprender para a vida? Dizemos isso, porque sabemos que notas altas não significam necessariamente educação de qualidade para todos

Avaliação do sistema como acompanhamento e monitoramento das políticas públicas

Não somos contrários a todo tipo de avaliação institucional. Entendemos que os governos, as secretarias e mesmo a sociedade tem o direito de saber o resultado dos investimentos e políticas públicas para educação. Qualquer avaliação rigorosa tem de contar com o protagonismo decisivo dos professores, pois não há como avaliar o processo pedagógico sem a participação de seus sujeitos. O controle social sobre a educação estatal é

escolas são tão diversas. A utilização de provas, ainda que contando com o protagonismo ativo de todos os professores, é insuficiente para uma criteriosa análise da situação da educação estadual.

A utilização de provas como instrumento de responsabilização e pressão⁷ sobre os profissionais de cada escola é uma medida que recusa o diagnóstico dos problemas, condição básica para buscarmos saídas planejadas e fecundas. Tal postura é compreensível em governos que estão cientes de que uma avaliação criteriosa, capaz de examinar as condições materiais e educacionais subjacentes ao trabalho escolar, colocaria em evidência a falta de responsabilidade e de compromisso do próprio poder público com a educação popular. Daí, a ordem dos fatores é oposta àquela presente no Plano de Metas do secretário Risolia: é a política educacional que determina a política de avaliação.



As “metas” que queremos são outras

Mais uma vez, como afirma o professor Luiz Carlos Freitas, “Os governos não podem posar de grandes avaliadores, sem olhar para seus pés de barro, para suas políticas como se não tivessem nada a ver com a realidade educacional do país de ontem e de hoje” (1975). Por isso, propomos que, no lugar de estabelecer metas numéricas baseadas em uma avaliação classificatória e produtivista, façamos coletiva e democraticamente um esfor-

E como fazer isso?

Em primeiro lugar é preciso abandonar a idéia autoritária de que gestão verticalizada, metas, avaliação padronizada, responsabilização e *treinamento* do professor (via educação à distância) resolverão o problema da educação brasileira.

No que se refere ao controle social da educação pública é imprescindível abandonar a perspectiva tecnocrática e behaviorista de prêmios e castigos que somente servem para ocultar os graves problemas educacionais brasileiros. Defendemos que todo o processo de controle público sobre a educação tenha como base a vida da escola. Os mecanismos para este processo ocorrer devem ser baseados na construção e na avaliação permanente e coletiva do projeto político-pedagógico de cada escola. Encontros regionais, conselhos sociais, assembleias populares, devem dinamizar o debate sobre os problemas das escolas. Todos esses debates, estudos e avaliações devem convergir anualmente para um Fórum Estadual de Educação com ampla participação social. É nesse Fórum que os encaminhamentos para superar os dilemas educacionais devem ser deliberados e levados ao governo para que o mesmo possa encaminhá-los em benefício da escola pública.

Nesta avaliação institucional a comunidade escolar deve apropriar-se dos problemas da escola ao mesmo tempo em que se fortalece o compromisso com os resultados dos alunos nesta realidade específica e na medida em que os problemas são superados:

“Com avaliação institucional, o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estructure situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas ao mesmo tempo, comprometendo-se com as melhorias concretas na escola” (978)

Acreditamos que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Estabelecer uma lógica produtivista na educação é esquecer que a escola não é fábrica, que a riqueza do processo educativo depende de muitas coisas além do esforço dos professores e funcionários, que não haverá qualidade na educação enquanto as condições de trabalho forem tão ruins que levam ao abandono de mais de 20 professores por dia.

Não boicotamos o Saerj para impedir um diagnóstico, pois nós, profissionais da educação fazemos isso com nossos alunos o tempo todo. Boicotamos o “SAERJinho” porque não podemos aceitar que a educação pública seja encarada como uma mercadoria vendida a preços diferentes dependendo das condições do “negócio”. Ao tentar padronizar e aprisionar os modos de ensinar, as formas de aprender e os múltiplos saberes de estudantes e educadores, o Plano de Metas mata o sentido público da educação pública. Ao estabelecer gratificações e bonificações por metas (e, obviamente, o seu contrário, a ausência destes “incentivos” frente ao não cumprimento das mesmas metas), sem oferecer as condições mínimas para o exercício da tarefa de ensinar, o plano estabelece uma lógica por demais injusta: para a escola e seus profissionais, todo o rigor; para o Estado, a relativização “do que é possível fazer”. Não podemos concordar com isso. Propusemos por diversas vezes a abertura de um debate franco e democrático sobre o “SAERJinho” e o Plano de Metas. Estamos esperando... Mas, enquanto isso, propomos ao secretário Risolia o seguinte:

- 1.** O fim da política de bonificações prevista para 2012 e a utilização destes recursos em efetiva melhoria salarial.
- 2.** A abertura de uma discussão para o estabelecimento das condições necessárias para uma efetiva educação de qualidade e a negociação das metas de curto, médio e longo prazos para a universalização destas condições.
- 3.** A valorização do processo de construção e de avaliação do projeto político-pedagógico de cada escola, de modo a permitir que as diversas

Muitas vezes, é preciso remar contra a maré e provar que o pensamento único não venceu, para manter vivas nossas esperanças em uma educação e num mundo melhor. O SEPE continuará na luta contra todos os projetos que tentarem subordinar educadores e professores às regras do mercado excludente. Venham de onde vierem, tais projetos terão respostas nas nossas lutas. E temos orgulho de cada uma delas.

Bibliografia:

BETINI, M. E. S. *Uma escola em Betel: relações, práticas, alunos, famílias e professoras 1977-2000*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2004.

CHAUÍ, Marilena. “Produtividade e Humanidades.” In: *Tempo Social*. Rev. Social. USP, são Paulo. Volume 1, disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v012/produtividade.pdf>

FREITAS, Luiz Carlos “A meritocracia e o ilusionismo” in: <http://www.outroladodanoticia.com.br/inicial/13528-a-meritocracia-e-o-ilusionismo.html>.

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *in: Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007 (disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>)

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia da; GAMA, Zacarias; ALGEBAILLE, Eveline. “Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economismo ao cinismo. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro. 11.01.2011, Caderno Educação, p. 4

Propostas pelos Profissionais da Educação

- 1 - Nenhuma criança sem escola:**
Construção de escolas e garantia de atendimento em todas as etapas de ensino. Diminuição do número de alunos por turma (20 alunos nas séries iniciais, 25 nas demais).
- 2 - Nenhum aluno sem professor:**
Concurso imediato para todas as disciplinas. Retorno imediato da matriz de 30 tempos e ampliação gradativa da

grade curricular. Ampliação

gradativa do horário de permanência dos alunos na escola.

3 - Nenhum profissional desvalorizado. Enquanto por formação dos funcionários administrativos. Antecipação de todas as parcelas da incorporação do nova escola. Piso salarial de 3,5 salários mínimos para funcionários e 5 salários mínimos para professores.

4 - Nenhum professor sem escola.

Lotação dos professores em apenas uma escola. Fim da perda da lotação por motivo de licença médica. Lotação dos docentes ii sem perda de direitos.

5 - Nenhuma escola sem funcionário.

Concurso imediato para funcionários administrativos. Fim da terceirização. Revisão do quantitativo de funcionários, respeitando o tamanho e o número de alunos de cada unidade. Normatização das tarefas de cada setor administrativo.

6 - Nenhum profissional sem direito à formação.

Licença remunerada para estudos. Convênios com universidades públicas para formação continuada de professores e funcionários.

7 - Nenhuma escola sem estrutura.

Construção de quadras poliesportivas em todas as escolas. Construção de bibliotecas em todas as escolas.

8 - Nenhuma educação sem democracia.

Processo de escolha do dirigente escolar através de consulta direta. Garantia de grêmios livres. Autonomia das equipes pedagógicas para criação/implementação dos projetos pedagógicos

9 - Nenhum educador discriminado



Sindicato Estadual dos Profissionais
da Educação do Rio de Janeiro
Fundado em 16 de julho de 1977
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares
Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040
Tel.: 2195-0450 - www.seperj.org.br